



Política de Boa Convivência

Documento orientador para ações de combate à violência escolar



*Mais que uma escola,
um projeto de vida*

SUMÁRIO

1. Introdução	3
2. Conceituação e caracterização da violência e discriminação no ambiente escolar	3
3. Conflitos no ambiente escolar	5
4. A mediação como resolução de conflitos e violências	6
4.1 Objetivos da mediação:	6
4.2 Etapas da mediação de conflitos adotadas pela instituição:	7
4.3 Princípios norteadores da mediação	7
5. Práticas restaurativas e cultura de paz	8
5.1 O papel de cada grupo na promoção da cultura de paz	8
5.2 Ações de conscientização e prevenção	9
5.3 Medidas pedagógicas e restaurativas	9
5.4 A cultura de paz na escola	10
6. Etapas para o Manejo de Casos de Bullying e Cyberbullying	11
6.1 Identificação e acolhimento	11
6.2 Comunicação e registro	11
6.3 Intervenção imediata	11
6.4 Mediação e práticas restaurativas	11
6.5 Acompanhamento e monitoramento	12
6.6 Educação digital e corresponsabilidade	12
7.8 Diagrama - Etapas de Manejo de Casos de Bullying e Cyberbullying	13
7. Referências Bibliográficas:	14

1. Introdução

O Protocolo de Boa Convivência do Colégio Sinodal do Salvador foi elaborado de forma colaborativa, envolvendo diferentes segmentos da comunidade escolar — gestão, professores, funcionários, estudantes e famílias —, com o propósito de fortalecer os valores que sustentam o convívio ético, solidário e respeitoso no ambiente educacional.

Mais do que um conjunto de normas, este documento expressa o compromisso institucional com a promoção da cultura de paz, da valorização da diversidade e da prevenção de todas as formas de violência e discriminação, incluindo o racismo, o bullying e o cyberbullying.

As orientações aqui apresentadas buscam garantir um ambiente escolar acolhedor, seguro e cooperativo, em que o diálogo, a empatia e o respeito mútuo sejam princípios norteadores das relações cotidianas.

Aprovado pelo Conselho Escolar do Colégio Sinodal do Salvador, em outubro de 2025, este protocolo reafirma a missão educativa da instituição: formar cidadãos conscientes, responsáveis e comprometidos com o bem comum.

2. Conceituação e caracterização da violência e discriminação no ambiente escolar

A violência no ambiente escolar é um fenômeno complexo que pode assumir diferentes formas, afetando diretamente o processo de ensino-aprendizagem, o bem-estar dos estudantes e a qualidade das relações na escola. Segundo o Ministério da Educação (MEC), por meio de suas publicações e cartilhas orientadoras, é fundamental compreender os diversos tipos de violência escolar para que seja possível enfrentá-los de forma preventiva, pedagógica e coletiva.

A cartilha “Violência Escolar: conhecer para prevenir” (MEC/CAPES, 2021) categoriza as principais formas de violência escolar:

- Violência física: agressões corporais, empurrões, socos, brigas e danos físicos a pertences.
- Violência psicológica ou moral: insultos, humilhações, exclusão social, ameaças e apelidos pejorativos.
- Violência sexual: desde abordagens inapropriadas até abusos mais graves, sempre com violação do consentimento.
- Violência patrimonial: vandalismo, destruição de materiais, furtos e roubos dentro da escola.
- Negligência: omissão de cuidados básicos, seja por parte da instituição escolar ou da família, especialmente em relação a alunos em situação de vulnerabilidade.

O MEC reconhece manifestações específicas que se destacam no cotidiano escolar:

- **Bullying:** atos sistemáticos de intimidação ou violência, geralmente entre colegas, que envolvem desequilíbrio de poder e causam sofrimento intencional.
- **Cyberbullying:** violência praticada por meio digital, como redes sociais e aplicativos de mensagem, com efeitos psicológicos muitas vezes amplificados.
- **Trote violento:** práticas humilhantes impostas a estudantes novos, sob pretexto de “integração”, mas que violam a dignidade humana.

Além dessas manifestações, é imprescindível destacar outras formas de violência e discriminação que comprometem o ambiente escolar democrático, plural e inclusivo:

- **Racismo e discriminação étnico-racial:** manifestações explícitas ou sutis de preconceito, exclusão, inferiorização ou hostilidade baseadas na cor da pele, origem étnica ou pertença cultural. Incluem insultos raciais, estereótipos, invisibilização de identidades e desigualdades no tratamento.
- **Discriminação de gênero e orientação sexual:** atitudes, falas ou comportamentos que desvalorizem, excluam ou ridicularizem pessoas com base em sua identidade de gênero, expressão de gênero ou orientação sexual, configurando também formas de violência moral e simbólica.
- **Discriminação religiosa:** qualquer ato de intolerância, ridicularização ou desrespeito a crenças, símbolos ou práticas religiosas, bem como a imposição de visões religiosas sobre outros.
- **Discriminação por deficiência:** exclusão, subestimação ou tratamento desigual de pessoas com deficiência física, intelectual, sensorial ou múltipla, ferindo o princípio da equidade e da acessibilidade.
- **Discriminação socioeconômica:** atitudes que promovem segregação, humilhação ou desigualdade de tratamento em razão da condição financeira, origem social ou aparência dos estudantes.

Essas manifestações, ainda que nem sempre visíveis, produzem efeitos duradouros sobre a autoestima, o pertencimento e o desempenho escolar, devendo ser enfrentadas de forma sistemática por meio de ações pedagógicas, formativas e institucionais que promovam o respeito à diversidade e os direitos humanos no ambiente escolar.

3. Conflitos no ambiente escolar

A construção da sociedade está intrinsecamente ligada à existência e à resolução dos conflitos. A dinâmica social é marcada por divergências de interesses, valores e perspectivas que, longe de enfraquecer o tecido social, atuam como motores de mudança e desenvolvimento.

Conflitos são inevitáveis fatos da vida e expressão das relações humanas. Quando tratados de forma construtiva, tornam-se oportunidades de aprendizagem, de fortalecimento das relações e de promoção da justiça social. A gestão adequada dos conflitos permite que os envolvidos compreendam suas próprias emoções, reconheçam o ponto de vista do outro e construam soluções colaborativas.

No âmbito das instituições sociais — especialmente a escola —, os conflitos se manifestam como reflexos das tensões e desigualdades presentes na sociedade. Como lembra Ralf Dahrendorf (2003), o conflito social é uma condição permanente e inevitável nas sociedades complexas, sendo também um mecanismo necessário para que se promovam ajustes e avanços. Assim, o ambiente escolar, ao refletir a pluralidade e a diversidade social, deve constituir-se como espaço de diálogo, de reconhecimento e de transformação.

Georg Simmel (1997) destaca que o conflito pode fortalecer a coesão social, pois ao confrontar diferentes grupos e opiniões, redefine fronteiras e solidifica identidades. Dessa forma, o conflito não é destrutivo em si, mas uma oportunidade vital para a evolução das relações humanas e para a construção de uma cultura democrática.

No entanto, Pierre Bourdieu (1998) alerta para os riscos da violência simbólica, que ocorre quando os conflitos são conduzidos de maneira desigual, naturalizando exclusões e reproduzindo hierarquias culturais, sociais e raciais. Essa forma de violência pode se manifestar em atitudes sutis de discriminação, desqualificação de saberes ou invisibilização de determinados grupos, comprometendo o direito de todos à participação e ao pertencimento.

Nesse sentido, é essencial reconhecer que o racismo, a xenofobia, o machismo, a LGBTQIA+fobia, o capacitismo, a intolerância religiosa e a discriminação socioeconômica são expressões de conflito que não podem ser banalizadas, pois geram sofrimento, marginalização e ruptura da convivência escolar. Esses conflitos devem ser enfrentados com intencionalidade pedagógica, ética e institucional, assegurando que a escola seja um espaço de equidade e respeito à diversidade humana.

Chantal Mouffe (2005) enfatiza que as democracias saudáveis são aquelas que incorporam o conflito como parte legítima do processo social, transformando antagonismos em agonismos democráticos, ou seja, em divergências reconhecidas e mediadas por meio do diálogo e da cooperação.

Por sua vez, Bernard Charlot (2000) observa que a incapacidade de lidar com os conflitos gera desmotivação, afastamento e comportamentos agressivos, comprometendo o sentimento de pertencimento e a aprendizagem. Portanto, a mediação, o diálogo e as práticas restaurativas tornam-se instrumentos pedagógicos indispensáveis para a convivência pacífica e a formação cidadã.

Como ressalta Moacir Gadotti (2003), “a escola deve ser o espaço do diálogo e da paz, e não da violência e da exclusão” (p. 45). Desse modo, o enfrentamento construtivo dos conflitos, aliado a uma postura institucional antidiscriminatória, contribui para o fortalecimento da cultura de paz e da justiça social no cotidiano escolar.

4. A mediação como resolução de conflitos e violências

A mediação escolar é compreendida como um processo pedagógico e relacional que visa transformar situações de conflito em oportunidades de aprendizagem, responsabilização e reparação. A Equipe Gestora reconhece que os relacionamentos interpessoais são centrais para a experiência escolar e para o desenvolvimento humano integral e atua na mediação de eventuais conflitos.

A convivência saudável exige paciência, respeito, escuta ativa, empatia e corresponsabilidade. A mediação de conflitos é, portanto, uma prática educativa que promove a autonomia moral, o diálogo e o exercício da cidadania.

4.1 Objetivos da mediação:

- Levar os estudantes a reconhecerem suas necessidades, sentimentos e responsabilidades no conflito;
- Favorecer o reconhecimento mútuo entre os envolvidos, promovendo respeito e empatia;
- Estimular o cuidado com o outro e a busca por soluções conjuntas;
- Compreender o conflito como parte natural da vida social e instrumento de crescimento e fortalecimento dos vínculos;
- Promover o reparo de danos simbólicos ou materiais e a reconstrução da confiança entre os envolvidos;
- Prevenir reincidências, especialmente em casos que envolvam discriminação, preconceito ou assédio;
- Contribuir para a construção de uma cultura de paz, justiça restaurativa e convivência democrática no ambiente escolar.

4.2 Etapas da mediação de conflitos adotadas pela instituição:

- *Acolhimento*: receber os estudantes de forma acolhedora e imparcial, garantindo um espaço seguro para expressão de sentimentos e percepções.
- *Escuta individual*: ouvir cada envolvido separadamente, com atenção e sigilo, buscando compreender as diferentes versões do ocorrido.
- *Análise do conflito*: avaliar a gravidade da situação, suas causas e possíveis impactos. Em casos de discriminação, racismo, violência física, psicológica ou sexual, seguir o protocolo específico e comunicar à direção e às famílias, conforme o item 6.5 do Regimento Escolar e a legislação vigente.
- *Encontro de mediação*: promover uma conversa conjunta entre os envolvidos, mediada por profissional capacitado, com foco no diálogo, na empatia e na corresponsabilização.
- *Construção do acordo*: registrar compromissos, encaminhamentos e estratégias de reparação ou convivência futura.
- *Avaliação e acompanhamento*: monitorar o cumprimento dos acordos e oferecer apoio contínuo para consolidar mudanças comportamentais e relacionais.
- *Medidas pedagógicas*: quando necessário, aplicar medidas educativas e restaurativas, previstas no Regimento Escolar, que promovam reflexão e aprendizado, evitando punições meramente punitivas.

4.3 Princípios norteadores da mediação

- Respeito à diversidade e aos direitos humanos;
- Neutralidade e imparcialidade do mediador;
- Sigilo sobre as informações compartilhadas durante o processo;
- Participação voluntária e consciente das partes envolvidas;

- Promoção da equidade, especialmente em situações de vulnerabilidade;
- Rejeição a qualquer forma de discriminação, preconceito ou racismo;
- Valorização do diálogo como prática pedagógica e cidadã.

A mediação, quando institucionalizada e acompanhada por ações formativas, constitui-se como ferramenta essencial para prevenir violências, combater discriminações e fortalecer o protagonismo dos estudantes. Ao transformar o conflito em espaço de aprendizagem ética e social, a escola reafirma seu compromisso com a formação de cidadãos críticos, empáticos e comprometidos com a justiça e a convivência democrática.

5. Práticas restaurativas e cultura de paz

A convivência escolar, pautada em valores de respeito, empatia e solidariedade, constitui-se como elemento essencial para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a consolidação de uma cultura de paz. As práticas restaurativas surgem como um conjunto de estratégias pedagógicas e relacionais que visam reconstruir vínculos, promover a corresponsabilidade e restaurar os danos provocados por situações de conflito, discriminação ou violência.

Segundo o Ministério da Educação (MEC, 2021), o enfrentamento de qualquer forma de violência, inclusive o bullying, o racismo e outras discriminações, deve articular prevenção, intervenção e reparação, com foco na formação ética e cidadã dos envolvidos. As práticas restaurativas, portanto, não se limitam à resolução de conflitos, mas integram-se ao projeto educativo da escola, fortalecendo os laços comunitários e a participação coletiva.

5.1 O papel de cada grupo na promoção da cultura de paz

Escola

Cabe à escola prevenir, combater e agir diante de casos de bullying, discriminação e violência, promovendo um ambiente seguro, acolhedor e inclusivo. Isso inclui a aplicação dos protocolos institucionais, o desenvolvimento de campanhas educativas, o registro e acompanhamento de casos e a intervenção imediata em situações identificadas.

A escola deve, ainda, incentivar a escuta ativa, o diálogo e a mediação, promovendo o protagonismo estudantil e o envolvimento da comunidade na construção de relações pautadas na cooperação, na solidariedade e no respeito às diferenças.

Família

A família desempenha papel essencial na consolidação da cultura de paz. É dever dos responsáveis manter uma comunicação aberta e honesta com seus filhos, incentivando-os a compartilhar suas experiências escolares e pessoais.

O lar deve ser espaço de segurança, acolhimento e aprendizado ético, livre de qualquer forma de violência física, psicológica ou simbólica. Comentários depreciativos, comparações negativas, exclusão, humilhação ou agressão verbal e física são incompatíveis com uma educação voltada ao respeito e à convivência saudável.

A parceria entre escola e família é fundamental para a prevenção de conflitos e o acompanhamento de comportamentos de risco, fortalecendo a rede de apoio aos estudantes.

Estudantes

Aos estudantes cabe respeitar colegas, professores e funcionários, agir com empatia e responsabilidade, e evitar qualquer forma de violência física, verbal ou virtual.

Devem comunicar à equipe escolar situações de bullying, discriminação ou injustiça das quais tenham conhecimento, colaborando ativamente para a construção de um ambiente de respeito, diversidade e inclusão.

A convivência escolar deve ser entendida como espaço de aprendizado ético e emocional, onde todos são corresponsáveis pela manutenção da paz e da dignidade.

5.2 Ações de conscientização e prevenção

O enfrentamento do bullying, do cyberbullying, do racismo e de outras formas de discriminação exige ação educativa contínua, fundamentada em valores como respeito, empatia, solidariedade e justiça social.

Por isso, as ações preventivas envolvem toda a comunidade escolar e são planejadas de modo transversal, articulando currículo, projetos e convivência.

Entre as principais ações realizadas pela escola estão:

- Campanhas educativas para toda a comunidade escolar, com dois momentos anuais de abordagem do tema, preferencialmente com participação de profissionais externos, envolvendo famílias, estudantes, professores e funcionários;
- Formação continuada para professores e colaboradores, abordando temas como diversidade, direitos humanos, comunicação não violenta e mediação de conflitos;
- Rodas de conversa e assembleias de classe, conduzidas pela Orientação Educacional e pelo Grêmio Estudantil, promovendo a expressão de sentimentos, o diálogo e o protagonismo juvenil;
- Projetos interdisciplinares que valorizem a diversidade cultural, étnico-racial, religiosa e de gênero, estimulando o pensamento crítico e o respeito às diferenças;
- Campanhas institucionais de combate à discriminação e à violência, integrando datas temáticas (Dia da Consciência Negra, Dia da Paz, Dia da Diversidade, entre outros) ao calendário escolar.

Essas ações devem consolidar uma cultura de prevenção, de modo que o diálogo e a cooperação substituam práticas punitivas e excludentes.

5.3 Medidas pedagógicas e restaurativas

As medidas pedagógicas, conforme o Regimento Escolar (item 6.5), são instrumentos educativos que visam à reflexão e à mudança de postura. Incluem:

- Aconselhamento e registro dos fatos ocorridos;
- Advertência oral ou escrita, com comunicação aos responsáveis;
- Assinatura de termo de compromisso de mudança de conduta;
- Afastamento temporário das aulas por até dois dias letivos;
- Encaminhamento à rede de proteção externa;
- Transferência assistida, em casos de reincidência ou gravidade.

As medidas restaurativas, por sua vez, buscam reparar os danos e reconstruir as relações afetadas. Elas podem incluir:

- Círculos restaurativos, com a presença dos envolvidos, mediadores e membros da comunidade escolar, para diálogo e elaboração conjunta de soluções;
- Planos de reparação, simbólicos ou práticos, que expressem reconhecimento do erro e responsabilidade pelo ato cometido;
- Ações de reconciliação ou projetos colaborativos entre as partes envolvidas, reforçando a empatia e o compromisso com o grupo;
- Acompanhamento pedagógico e emocional individualizado, garantindo que a experiência resulte em aprendizado e amadurecimento pessoal.

5.4 A cultura de paz na escola

Promover a cultura de paz significa cultivar atitudes e valores que previnam a violência, favoreçam o diálogo e fortaleçam o sentimento de pertencimento. Essa cultura não se impõe por normas, mas se constrói diariamente nas relações entre estudantes, professores, famílias e comunidade.

Inspirada na Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz (ONU, 1999), a escola adota esse princípio e compromete-se a:

- Valorizar o diálogo e a escuta ativa como ferramentas centrais da convivência;
- Rejeitar qualquer forma de discriminação, preconceito ou exclusão;
- Incentivar o protagonismo estudantil e a solidariedade comunitária;
- Fomentar a empatia, a cooperação e o senso de justiça;
- Transformar os conflitos em oportunidades de crescimento e aprendizado.

Assim, a escola torna-se não apenas um espaço de instrução, mas uma comunidade de cuidado, onde cada pessoa é reconhecida como sujeito de direitos e responsabilidades.

Combater o bullying, o racismo e outras violências é, portanto, um compromisso coletivo, que exige ação pedagógica, vigilância ética e formação permanente.

Ao promover o respeito e a justiça, a escola contribui para uma sociedade mais inclusiva, segura e humanizadora — fundamento maior da cultura de paz.

6. Etapas para o Manejo de Casos de Bullying e Cyberbullying

O manejo adequado das situações de bullying e cyberbullying requer um conjunto articulado de ações pedagógicas, preventivas e restaurativas. Essas etapas visam garantir que cada ocorrência seja tratada com seriedade, empatia e responsabilidade, promovendo a restauração das relações e a reconstrução da convivência escolar.

6.1 Identificação e acolhimento

A primeira etapa consiste na identificação do caso, que pode ocorrer por meio de relatos de estudantes, famílias, professores ou observação direta por parte da equipe escolar. Ao reconhecer indícios de bullying — como isolamento, medo ou mudanças comportamentais — a escola acolherá a vítima com escuta sensível, garantindo sigilo, proteção e apoio emocional imediato. Nessa fase, todos os relatos devem ser devidamente registrados e apurados, conforme os protocolos institucionais, vedando-se qualquer minimização ou desvalorização das situações relatadas.

6.2 Comunicação e registro

Uma vez identificado o caso, será realizado o registro em documento próprio (ficha de acompanhamento institucional), assegurando que todas as informações sejam objetivas e preservem a integridade das partes envolvidas. Em seguida, a família dos estudantes envolvidos — tanto da vítima quanto do(s) autor(es) — será comunicada, de modo acolhedor e orientativo, priorizando a busca conjunta de soluções educativas, e não a punição isolada.

6.3 Intervenção imediata

Na reincidência, a escola agirá prontamente, aplicando as medidas pedagógicas previstas em seu Regimento Escolar, convocando a família a auxiliar na mudança de postura. Entre elas: aconselhamento individual, advertência verbal ou escrita, assinatura de termo de compromisso de mudança de postura, afastamento

temporário e, quando necessário, encaminhamento à Rede de Proteção. Essa intervenção tem caráter educativo e restaurativo, evitando exposição pública e priorizando a reeducação comportamental.

6.4 Mediação e práticas restaurativas

A mediação constitui o núcleo central do processo restaurativo. Conduzida por profissional capacitado (coordenação, orientação educacional ou vice-direção), a mediação promove o diálogo entre as partes envolvidas, permitindo que a vítima expresse seus sentimentos e que o(s) autor(es) compreendam os impactos de suas ações. As práticas restaurativas — como círculos de diálogo, acordos de convivência e ações coletivas de reparação — fortalecem o senso de responsabilidade, empatia e pertencimento, contribuindo para a reconstrução das relações e para a cultura de paz.

6.5 Acompanhamento e monitoramento

Após a mediação, é necessário acompanhar a evolução das relações e o cumprimento dos acordos firmados. A equipe pedagógica deve monitorar a convivência em sala de aula e nos espaços coletivos, garantindo que não haja reincidência e que o clima escolar se mantenha saudável e seguro. O acompanhamento contínuo, aliado à parceria com as famílias, é essencial para consolidar a aprendizagem socioemocional e prevenir novas ocorrências.

6.6 Educação digital e corresponsabilidade

Nos casos de cyberbullying, as medidas acima devem ser complementadas por orientações sobre o uso responsável das tecnologias e redes sociais. Cabe à escola desenvolver ações educativas — palestras, campanhas e rodas de conversa — que reforcem valores como respeito, empatia e responsabilidade digital. À família, compete o acompanhamento ativo da vida online dos filhos, observando interações e promovendo diálogo aberto sobre segurança, ética e limites no ambiente virtual.

6.7 Construção da cultura de paz

Mais do que responder a casos específicos, a escola atua para fortalecer permanentemente uma cultura de paz e convivência respeitosa. Isso se dá por meio de ações integradas de educação emocional, valorização da diversidade, empatia e cooperação, que mobilizam toda a comunidade escolar — estudantes, professores, famílias e funcionários — em torno do compromisso de prevenir e superar qualquer forma de violência.

6.8 Diagrama - Etapas de Manejo de Casos de Bullying e Cyberbullying



Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Violência Escolar: conhecer para prevenir**. Brasília: MEC/CAPES, 2021.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DAHRENDORF, Ralf. **Conflito e ordem social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

GADOTTI, Moacir. **Educar para a paz**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2003.

GALTUNG, Johan. Violência, paz e pesquisa sobre a paz. In: GALTUNG, Johan. **Ensaio de paz**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SHAPIRO, Daniel. **Negociando o Inegociável**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2021.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1997.

TORREMORELL, Maria Carme Boqué. **Mediação de conflitos na escola**. São Paulo: Summus, 2021.